ID: 04	Raiano	Tiragem: 3 500	Página: 11	ESG
Data: .01.2021		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: mensal		

IDANHA-A-NOVA

Comunicado do Movimento pela Sede e Autonomia da ESGIN

SERÁ QUE O PARLAMENTO E O GOVERNO VÃO PERMITIR QUE A ESGIN MORRA?

Continuamos na luta pela Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN). Nós Idanhenses, não aceitamos que Idanha-a-Nova deixe de ter uma Escola Superior com autonomia administrativa, pedagógica e científica e sede em Idanha-a-Nova.

Como é conhecido publicamente foi já aceite pela Assembleia da República a petição pública n.º 40/XIV/1.ª: "Pela autonomia e sede - A ESGIN sempre nossa", a qual será brevemente discutida em plenário.

A nossa causa conta com o apoio dos diferentes grupos parlamentares, nomeadamente do BE, do PCP, do CDS/PP, do PSD, do PEV e do PS, que apresentaram os projetos de resolução n.º 651/XIV/2ª, 661/XIV/2.ª, 662/XIV/2.ª, 683/XIV/2ª, 713/XIV/2ª e 730/XIV/2ª, respetivamente, à Assembleia da República.

A ESGIN resulta claramente da visão e da vontade política que defende o desenvolvimento harmónico e sustentável do interior e a descentralização do ensino superior, motivos pelos quais foi criada através de Decreto-Lei nº 153/97, de 20 de junho, com sede em Idanha-a-Nova e dotada de autonomia administrativa, pedagógica e científica.

Consideramos que a ESGIN não pode ser extinta por uma decisão tomada em Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), mas sim através da revogação do referido Decreto-Lei, pelo Governo Português. Nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, a extinção de escolas de instituições de ensino superior públicas, como é o caso da ESGIN, carece de autorização prévia do ministro da tutela.

Se a ESGIN perder a sua sede e autonomia, está condenada a acabar a curto prazo. Haverá um impacto muito negativo e provavelmente irremediável nas atividades sócio – económicas e culturais do concelho de Idanha-a-Nova, na capacidade de criação de massa crítica jovem, na captação de investimentos que necessitam de quadros qualificados e na coesão social.

E para cúmulo, a proposta relativa à reestruturação organizacional do IPCB apresentada pelo Sr. Presidente do mesmo Instituto foi aprovada com um número mínimo de conselheiros do Conselho Geral e os pareceres dos Conselhos Técnico-Científicos das seis Unidades Orgânicas do mesmo IPCB, 4 delas votaram contra, sendo 3 por unanimidade, a Agrária, a Tecnologia e a Artes, e por maioria, a Educação. Só a Saúde (ESALD), votou a favor, por maioria, merecendo contudo referência que não concordam com eventual alteração do nome da Escola, e a de Gestão (ESGIN), com sede em Idanha-a-Nova, nem sequer apresentou votação.

Acresce referir as várias cartas abertas e artigos de opinião redigidos por ilustres individualidades, publicados em diversos órgãos de comunicação social, que evidenciam claramente a ineficiência do processo de reestruturação organizacional do IPCB, muito em concreto por colocar em causa a perda da autonomia e sede da ESGIN em Idanha-a-Nova.

Até ao momento presente, o Sr. Presidente do IPCB não apresentou nem sequer uma razão pedagógica, administrativa, científica e muito menos financeira para a extinção da ESGIN.

E ainda, as políticas apresentadas pelo Governo promovem a descentralização, assumindo o compromisso de tornar os territórios de baixa densidade mais coesos, mais inclusivos e mais competitivos através da adoção de políticas públicas dirigidas à correção das assimetrias regionais, à atração de investimento para o interior e à diversificação e qualificação do tecido produtivo.

O Conselho de Ministros aprovou um conjunto de medidas que visam assegurar a sustentabilidade e valorização dos territórios do interior através do aproveitamento do seu potencial endógeno, da fixação de pessoas e da afirmação das regiões transfronteiriças, nomeadamente onde a prioridade incide na redução das desigualdades no que respeita ao combate às disparidades regionais e à promoção de um desenvolvimento equilibrado dos territórios.

Pelo exposto, deixamos a seguinte questão - SERÁ QUE O PARLAMENTO E O GOVERNO VÃO PERMITIR QUE A ESGIN, MORRA?

A nossa justíssima luta continuará. A razão está do nosso lado. Não cruzamos os braços. Da união nasce a força que move montanhas.

O Movimento pela Autonomia da ESGIN

António Catana
António Fonseca
Carla Santos
João Couchinho
Joaquim Martins
Paulo Martins
Rita Abrantes
Teresa Caria
Vítor Mascarenhas